

Psi Via Subsede CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região, Subsede Vale do Paraíba/ Litoral Norte.

Diretoria CRP SP

Presidente Lumêna Almeida Castro Furtado

Vice-presidente Odair Furtado

Secretária Mariângela Aoki

Tesoureiro Alexandre Nicolau Luccas

Conselheiros efetivos

André I. Leonardi | Bronia Liebesny | Carmem

S. R. Taverna | Katia Rubio | Leliane Gliosce

Moreira | Odette de Godoy Pinheiro | Rachel C. Al-

vim | Rogério Izidro Duran | Sandra M. Sawaya |

Vânia C. Sequeira | Wanda M. J. Neves.

Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli | Ana Stella A. Cruz | Carla

Bertuol | Ednilton Santa Rosa | Elisa Sayeg | Inez

Guimarães Pistelli | José Siqueira de Britto Lyra |

Márcia C. Meireles | Maria Regina Namura | Milton

Baldon | Rafaela Cocchiola | Sérgio Ozella | Sueli

Pereira Pinto | Valéria Pereira.

Comissão gestora

Coordenadora Fátima Regina Riani Costa Taino

Subcoordenadora Selma Lúcia Gonçalves Maia

Membro Sandra Pinto Marcondes da Silva

Psicóloga convidada Maria do Carmo Toledo |

Renata Meneghini | Letícia Thaumaturgo Dias

Assistente Administrativa responsável

Luciane A. Santos Rita | Cristiane Rodrigues Duarte

Edição Coordenadoria de Comunicação CRP SP

Textos Comissão Gestora

Projeto gráfico e editoração

Fonte Design | www.fontedesign.com.br

Ilustrações João Fernando Leal

Impressão Gráfica Compulaser

psi

via subsede  crp sp
vale do paraíba/ lit. norte • nº 4

Editorial

A psicologia diante das demandas sociais

Março foi o mês da mulher: parabéns às mulheres que, maioritariamente, compõem a categoria profissional dos psicólogos. A Subsede Vale do Paraíba/Lit. Norte fez parceria com o SOS Mulher/Família, de Taubaté, para as comemorações da Semana da Mulher (em Taubaté e Caraguatatuba) e realização do Curso de Promotoras Legais Populares. Além disso, o tema do Café Filosófico, em 22 de fevereiro, foi "Sexualidade Feminina", contando com a participação da psicóloga Marta Maria Monteiro. Nesse número, nosso informativo homenageia todas as psicólogas competentes e batalhadoras do Vale, através da entrevista com a presidente do SOS Mulher Família de Taubaté, a psicóloga Débora Bonafé.

Vocês ainda vão encontrar ainda neste

Via Subsede uma reflexão sobre "educação inclusiva", em um importante trabalho realizado em nossa região. A violência no Vale é tema da seção "Espaço Aberto". A Psicologia tem que se posicionar diante dessas importantes demandas sociais. Seu objeto de trabalho é o ser humano, que para ser humano tem que ser social! Participe das comissões temáticas do CRP SP. Envie artigos e sugestões para nosso jornal. E vamos lutar por "Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais", tema que rege o nosso IV Congresso Nacional de Psicologia.

Um grande abraço,

Fátima Regina Riani Costa Taino,

Coordenadora da Subsede Vale do Paraíba.

Pesquisa

Projeto Criança: estudo realizado pela USP e Universidade de Londres

Desde o início deste ano, estamos realizando um estudo sobre saúde mental infanto-juvenil. O objetivo é colher as opiniões de jovens, de seus pais e professores sobre comportamentos, emoções e aproveitamento escolar. Com os resultados pretendemos traçar o perfil das capacidades e dificuldades de nossos jovens com a finalidade de melhor atendê-los em suas necessidades. A realização desse estudo é possível graças ao apoio do CRP SP, através da subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, que nos cede espaço físico desde o início de nosso trabalho em Taubaté, julho de 2000.

Cerca de 40 escolas foram sorteadas na cidade, incluindo escolas municipais, estaduais e particulares. Também sorteamos de 5 a 7 alu-

nos de algumas salas de aula de cada escola, para participar do estudo. Todas as crianças sorteadas nas escolas municipais já foram entrevistadas, assim como seus pais e professores. Estamos agora iniciando as entrevistas das crianças sorteadas nas escolas estaduais. Para maiores esclarecimentos, contatar pelo e-mail bacy@hydra.com.br ou pelo telefone: (11) 3062-7051. Agradecemos o apoio e colaboração que recebemos das escolas, Prefeitura Municipal e do CRP SP – Subsede Vale do Paraíba.

Dr^a. Bacy Fleitlich Bilynk

Médica psiquiatra, coordenadora do Projeto.

Cartas e e-mails

"Gostaria de parabenizar a subsede Vale do Paraíba pelo jornal de nossa região. É muito importante ter esse espaço, já que estamos localizados em uma região que tem sua especificidade. Apenas faço a sugestão de que haja um espaço aberto para os psicólogos enviarem textos, trabalhos etc ..."

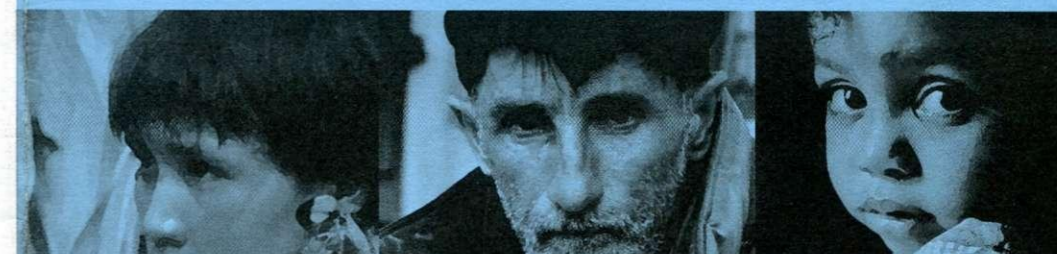
Mônica A. Blasques, de Ubatuba, SP.

Nosso propósito é reforçar a importância da participação dos psicólogos da região no Via Subsede. Para isso, foi instituída a seção "Espaço Aberto" destinada à publicação de tex-

tos de profissionais da região, como vem ocorrendo deste o primeiro número. Os interessados devem enviar seus textos por e-mail, fax, carta. A responsabilidade pela seleção é da Comissão de Comunicação da Subsede e o conteúdo dos artigos de inteira responsabilidades dos autores. Outro espaço aberto a colaborações é o "Fala Estudante" que recebe colaborações de nossos futuros colegas. Os textos devem ter no máximo 2700 caracteres (incluindo espaçamentos). Colaborem!

IV Congresso Nacional da Psicologia

IV Congresso Regional da Psicologia



Qualidade, ética e cidadania na prestação de serviços profissionais: construindo o compromisso social na psicologia



V Café Filosófico, com o tema “Desejo e Sexualidade Humana”, com palestra proferida pelo psicólogo Paul Kardous, em 21/02/01, às 20h00, no auditório da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, em Taubaté, contando com a presença de 69 participantes.

VI Café Filosófico, com o tema “Sexualidade Feminina”, com palestra proferida pela psicóloga Marta Maria Monteiro, em 22/02/01, às 20h00, no auditório da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, em Taubaté, contando com a presença de 59 participantes.

Encontros preparatórios para o Prê-Congresso da Psicologia, todos tendo o mesmo tema que rege o IV Congresso Regional e Nacional da Psicologia: “Qualidade, ética e cidadania na prestação de serviços profissionais: construindo o compromisso social da Psicologia”: em 14/03/01, às 19h30, no Instituto Crescendo, em São José dos Campos, contando com a presença de 10 participantes; em 15/03/01, às 19h30, no auditório da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, em Taubaté, contando com a presença de 17 participantes; em 21/03/01, às 19h30, no auditório da Fundacc, em Caraguatuba, contando com a presença de 11 participantes.



O modelo de “homem” no qual acreditamos

Ao ligarmos a TV, nossas casas são invadidas por notícias de violência diversas – de chacinas à corrupção de mais um político que foi desmascarado. Assistimos a tudo praticamente inertes. Esboçamos, talvez, uma exclamação: “Que absurdo!” Mas continuamos nossas vidas, como se nada tivéssemos ouvido; assistimos à próxima notícia, talvez “os gols da rodada”; a novela das oito e, praticamente, nem nos lembramos mais do que foi noticiado. Nosso cotidiano revela exatamente o modelo de “homem” que temos internalizado, e tal modelo guianos (mesmo que não percebamos, conscientemente) em nossas relações e com os outros e conosco. É nossa forma de vermos a nós mesmos e aos outros; está presente, portanto, no âmbito de toda ação humana, inclusive da profissional (inevitavelmente, também na prática psicológica), uma vez que nossa atuação se dá diretamente com o outro: é o ser humano que nos interessa – ao menos assim deveria ser.

Diante disso, definirmos claramente qual é o modelo de “homem” no qual acreditamos implica em pensarmos sobre quais valores consideramos importantes, qual objetivo temos na vida. Em última instância, implica em explicitarmos para nós mesmos a visão que temos do ser humano: suas doenças, sua existência, suas potencialidades etc. É então que vamos perceber que tudo aquilo que chamam de “pessoal” determina o que é “profissional”. Tudo o que acreditamos sobre o “homem” vai determinar a maneira como lidamos com nossos clientes, em nossa



atuação (que não é 100% profissional). É aí que reside o ponto nevrálgico de nossa formação profissional, como psicólogos e como seres humanos – antes de tudo.

Vivemos hoje nossas relações baseadas em leis de mercado: o outro é valorizado enquanto for útil. Temos uma moral pragmática e imediatista, pautada numa razão instrumental, que cinde para compreender. Já dizia Maquiavel: “Dividir, para governar”. Como compreender o homem, dividindo-o com mercadoria a venda? Como ouvi-lo pela metade? Como falar em relação de ajuda, se não enxergarmos o outro? Partindo do objetivo principal de nossa profissão (qual seja, proporcionar o bem-estar humano), isso torna-se praticamente ilógico. Porém, também é ilógico – dentro da racionalidade sobre a qual está construída nossa sociedade – pensarmos num homem global, sendo que proporcionar o bem-estar significaria ir além dos interesses econômico-capitalistas; significaria atentarmos às emoções, sensações, cultura, à espiritualidade, à saúde mental. Significaria diminuir o ritmo do dia-a-dia e percebermos o outro mais do que a nós mesmos; percebermos a natureza, a vida além da vida diária e na vida diária; além da tv, além da tela do computador, além dos limites cerceadores do tempo... Como dizia Kierkegaard, citado por Rogers: “Ser o que realmente se é”.

O paradoxo atual (ou um dos) de nossa profissão e de nossa formação (o que, particularmente, é gerador de angústia) se exprime aí: somos filhos de nossa história e, como tal, carregamos conosco, em nosso modo de ser no mundo, todas as características de nosso tempo. E conforme vivemos construímos nossa sociedade; ou seja, mantemos, uma vez que reproduzimos valores, toda a racionalidade instrumental; construímos e mantemos aquilo

que nos agride e líquida. Como atuar e viver (e/ou vice-versa) partindo de uma noção global, vendo o homem como um todo, se reproduzimos a cisão no dia-a-dia; se crescemos num sistema em que o valor maior é o capital e o poder, e tudo é organizado em função de tais valores. Como não darmos continuidade em nossas ações no mundo a esse sistema, se é nele que nossa existência se manifesta? São dúvidas que emergem a partir do instante de que se tem consciência da participação na construção da própria vida. De nosso próprio ser surgem dúvidas, a partir do instante em que percebemos a definição de homem além do homem-objeto que se tem hoje, quando somos capaz de perceber o ser humano como dotado de emoção, criatividade, potencial, motivação, saúde; enfim, quando apesar de tudo ainda acreditamos no ser humano – por “detrás das fachadas”, “para além do devia”, “para além do que outros esperam”, “a caminho da auto-direção”.

A angústia que surge desse paradoxo não é, porém, algo que paralise, mas sim algo que sinaliza a necessidade de transformação e de nossa firmamento como seres humanos tomando posse das características que nos peculiarizam e, através das relações que estabelecemos, construímos além da reprodução de valores, procuramos de fato construir a vida em relação ao outro, seja ele meu cliente, meu irmão, vizinho ou chefe de Departamento. Mas vendo-o como um igual a mim, em nossa diferença. E vendo-nos... Eis nossa riqueza. Muitos consideram isso tudo utopia, sonhos de universitário. Porém, existe uma diferença significativa entre querer mudar o mundo de uma hora para outra e desejar transformar o seu próprio mundo a cada hora. É uma questão de opção, de consciência, de responsabilidade diante dos desafios.

Fabiana Itaci Correa de Araújo
estudante do 4º ano Psicologia da Universidade de Taubaté.

O olhar da psicologia sobre a questão feminina

A seguir, publicamos entrevista com a psicóloga **Deborá Bonafé**, coordenadora do SOS Mulher/Família de Taubaté, em que ela detalha como funciona e quais os objetivos desta entidade voltada para o trabalho com mulheres, crianças e adolescentes, que atua há cinco anos e já prestou atendimento a mais de cinco mil casos.

V. S. – O que é o SOS Mulher e como funciona?

Débora – O SOS Mulher/Família de Taubaté é uma ONG, organização sem fins lucrativos. Funciona com trabalhos em duas linhas: de intervenção e de prevenção. Hoje, já consolidamos o trabalho com crianças e adolescentes e há dois anos somamos mais de cem crianças no Projeto Cuca 13, que conta com oficinas de reciclagem, espanhol, inglês, computação.

V. S. – Como você se interessou por este trabalho?

Débora – O interesse veio durante a faculdade, no grupo de supervisão, quando participava com uma colega de turma casos do SOS Mulher de S. J. dos Campos, em contato com DDM de Taubaté, percebi o quanto era alarmante o número de casos e resolvi literalmente colocar a “mão na massa”, concretizando o trabalho junto à questão da violência, sistematizando o projeto e colocando-o em prática. Em tão pouco tempo, sem muita divulgação, as pessoas começaram a procurar e indicar nossos serviços. Estamos há cinco anos e meio prestando atendimento a mais de cinco mil casos.

V. S. – Qual a importância do trabalho do psicólogo nessa problemática?

Débora – Ao longo desses cinco anos de muito trabalho, os objetivos foram se modificando, à medida em que o trabalho foi se consolidando. Percebo o quanto é importante a formação do psicólogo no trabalho social, na medida que entro em contato com ou-

tros movimentos sociais e, no caso das mulheres, percebo o quanto nossa profissão possibilita um olhar instrumentalizado para a questão dos relacionamentos entre homem/mulher, na questão de gênero, dos papéis sociais, enfim, da questão da violência. E é essa nossa diferença, em meio a tantas entidades. Apesar de se chamar SOS Mulher/Família, não é de forma alguma um movimento feminista ou criado só para defesa dos direitos da mulher. Isso é percebido e comentado em nosso dia-a-dia. Em contato com coordenações de outros movimentos mais feministas, percebi que na maioria das vezes são formados por assistentes sociais, pedagogas, sociólogas; nunca encontrei uma psicóloga à frente dessas entidades. Essas profissionais têm sim uma tendência maior a achar um vilão e uma vítima, defendem mais um do que outro, tomando assim uma postura feminista mais radical. Esquecem-se de tratar essa problemática num sentido mais amplo e profundo, onde todos são vítimas da violência e do sistema que gera e mantém essa violência.

“É cada vez mais urgente a participação do psicólogo no terceiro setor, não só nos atendimentos e trabalhos de intervenção, mas também em papéis sistematizadores dos trabalhos preventivos, lutando pela formulação de políticas públicas, participando de fóruns, conselhos, instrumentalizando e capacitando profissionais ou agentes multiplicadores.”

Espaço aberto

Tânatos nos inspira, que pena!

As pessoas, de um modo geral, tem verdadeiro horror em perceber a própria agressividade ou destrutividade. Que tais instintos, ao lado das pulsões amorosas são constitutivos da psique humana, a psicanálise já disse há muito tempo. Entretanto essa admissão como parte do humano parece difícil, senão dolorosa. Há uma "agenda oculta" social onde persistem a negação e a repressão maciça da função desses impulsos na vida humana e na sociedade. Isto quer dizer que, na prática, as maiores atrocidades sempre foram e continuam sendo cometidas embaladas por intenções pacíficas e amorosas. A catequese dos gentios, a depuração da raça, a guerra anti-drogas na Colômbia...a história passada e atual está cheia de exemplos. Mas fiquemos no cotidiano: matar por amor, o chamado crime passionnal. O jornalista Pimenta que o diga.

O fato de que as pulsões de agressividades, câmeras seriam necessários no trânsito, no shopping, nas salas de aula, no elevador, nos parques, nas casas? Tais medidas certamente dificultam, mas não resolvem. Ir ao supermercado tornou-se um grande risco. Idem deixar as crianças com babás. Tomar o elevador com um vizinho de safeto, nem pensar.

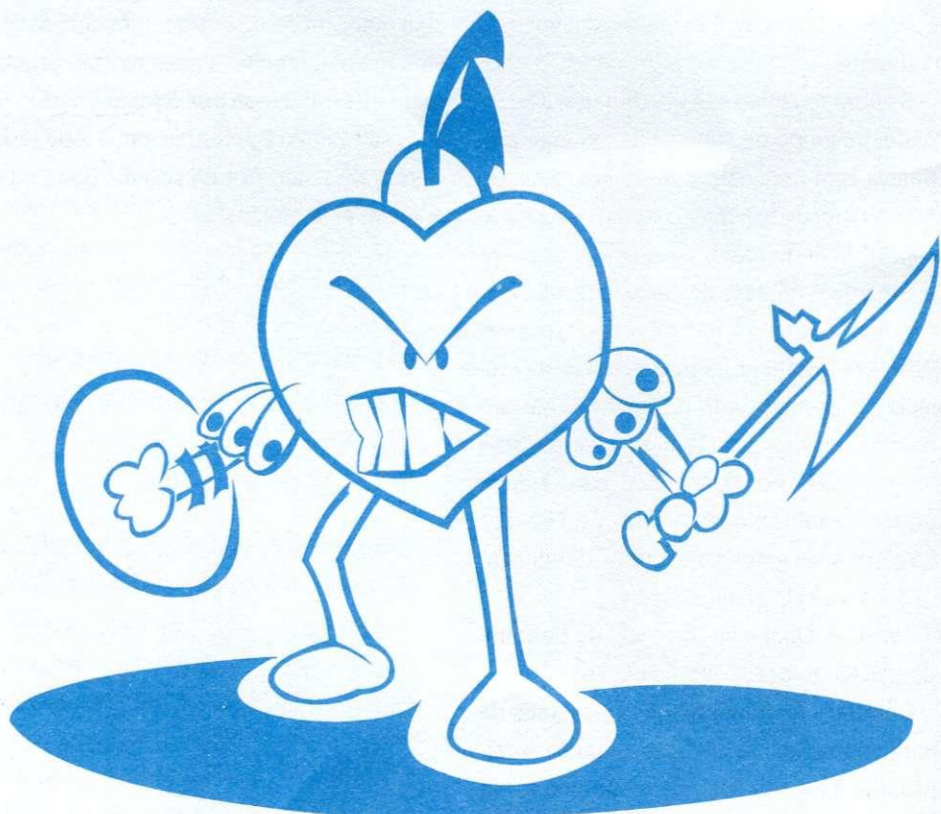
Toda essa violência não se estrutura no vazio. Há um pano de fundo nas relações sociais que nós construímos ao longo dos tempos que sustentam essa lógica de risco. Depois de tantas andanças, a mesma sociedade que engendrou um progresso tecnológico fabuloso e melhorou em certos aspectos a qualidade de vida também produziu sintomas. A violência é um de seus mais graves males. Se os superegos individuais

e sociais puderam dar conta, em outros tempos, dos excessos pulsionais de destrutividade e de agressividade, pessoal e coletiva, o mesmo não acontece agora. Aquilo que outrora foi excesso, hoje é o padrão.

Não se trata de saudosismo ou de se filiar aos moralistas e educadores com receitas de salvação. Tais medidas são como as cercas e os alarmes, paliativos. Dificultam, mas não resolvem. Nem tão pouco acredito no apocalipse. Não é o fim do mundo, talvez o fim de um período onde a organização social atual está vencida sendo preciso repensá-la. Uma pergunta deve ser feita: quais são os fatos sociais que sustentam essa normalidade da expressão pública do instinto de morte, já que esse tornou-se o padrão? Que conseqüências tal organização produz para os sujeitos? Essa é a sociedade que queremos?

Dando nome aos bois, os especialistas nos informam que os fatos sociais de interiorização das normas sociais e, portanto, a humanização do pequeno animal que é o homem) propôs que se adotasse uma abordagem mais realista dos instintos destrutivos, pois se melhor compreendidos, causariam menos danos à civilização. Embora há décadas tenhamos sonhado com uma sociedade de "paz e amor" produzimos de fato uma sociedade mortífera. Tânatos nos inspira. Que pena

Helena M. C. de Moura Hirye
psicóloga, psicanalista. mestre em Psicologia Clínica/PUC,SP, professora da UNIPI/SJC, membro de Núcleo Psicanalítico de Taubaté.



Reflexão

O processo de inclusão na prática psicológica

A “inclusão” para crianças com necessidades educativas especiais (CNEE) tem sido o foco de maior interesse entre os profissionais da área da educação, nos últimos anos. Conta hoje com inúmeras publicações sobre o assunto, nas quais se discute a necessidade emergente de sua prática. Muitos movimentos têm ocorrido para que essa meta seja alcançada, mas infelizmente existe um abismo muito grande entre o ideal e a realidade, exigindo dos profissionais envolvidos com a causa (dentre eles nós, psicólogos) tanto a ousadia de enfrentar experiências, de “fazer valer” o que já está determinado por lei, quanto a paciência, a capacidade de refletirmos sobre as falhas do ser humano e a resistência para aceitar o não-conveniente, mesmo que o vislumbre do crescimento seja evidente.

Revisando os grandes documentos com decisões sobre a educação, conhecidos sob a forma de declarações e diretrizes políticas, observamos uma construção gradativa do que hoje seria o princípio regedor da inclusão, a saber: “o exercício consciente da cidadania sob a ótica da diversidade”. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, até a Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990, culminando com a Declaração de Salamanca, postulada quando da Conferência Mundial sobre Educação Especial em 1994, a população tida como “diferente” vem tentando conquistar um espaço cada vez mais justo e digno junto às instituições sociais. No entanto, quem são os promovedores dessa possível conquista? Como fazer o ideal descrito num papel se transformar em posturas e valores reais?

Revisando os grandes documentos com decisões sobre a educação, conhecidos sob a forma de declarações e diretrizes políticas, observamos uma construção gradativa do que hoje seria o princípio regedor da inclusão, a saber: “o exercício consciente da cidadania sob a ótica da diversidade”. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, até a Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990, culminando com a Declaração de Salamanca, postulada quando da Conferência Mundial sobre Educação Especial em 1994, a população tida como “diferente” vem tentando conquistar um espaço cada vez mais justo e digno junto às instituições sociais. No entanto, quem são os promovedores dessa possível conquista? Como fazer o ideal descrito num papel se transformar em posturas e valores reais?

Analisando os sistemas educacionais enquanto tentativas de resolver o problema das CNEE, temos a “segregação” existente em escolas e classes especiais que – apesar de ter sido um marco humanitário no atendimento educacional de crianças com deficiência, até então excluídas da possibilidade de aprendizagem – não conseguiu atingir seus objetivos. A diversidade de casos encaminhados para esse sistema gerava a necessidade de programas individualizados, o que era impossível de ser feito considerando-se a não capacitação dos professores responsáveis por tais classes. Esse sistema, portanto, não soluciona o problema de aprendizagem das crianças especiais, da mesma forma que o sistema paralelo de ensino regular não vem solucionando as dificuldades de aprendizagem das crianças consideradas “normais”. Então, por que separá-las?

O sistema de “integração” das CNEE em

escolas comuns foi surgindo aos poucos, beneficiando alguns alunos que tinham mais condições de acompanhar o ensino regular, mediante acompanhamentos ou ajudas externas. A responsabilidade do sucesso na aprendizagem ficava por conta do aluno e de seu respaldo clínico. Em seguida, a “inclusão” invadiu essa prática, propondo um novo paradigma, onde a escola é que deve transformar-se para receber “todos” os alunos, com suas diferenças e características individuais. Vários problemas vêm surgindo a partir de então, desde o vazio e o medo da escola com a perda de referência da clientela a ser atendida, até a dificuldade ainda persistente na capacitação dos professores.

Na verdade, o exercício da cidadania requer muito mais do que o deslumbramento com os temas transversais propostos nos parâmetros e a outras instituições sociais. O seu papel, em qualquer uma delas, será sempre o de promover a saúde mental, apostar na competência do indivíduo e garantir-lhe um espaço adequado junto ao contexto social em que vive. Trabalha, portanto, com e pela cidadania. Para as autoras deste artigo, a adesão ao movimento inclusivo foi imposta pela inconformidade de conviverem com escolas que criavam obstáculos em aceitar alunos com NEE e surgiu como uma possibilidade de superação das parcerias clínica X escola, nos moldes da chamada “velha integração”. Conforme comenta Belisário, quando se trata de inclusão, saúde e educação se fundem. Muda-se a nossa filosofia na forma de tratar e de educar; e não basta dizer “topo”; devem ser criadas estratégias para que ela aconteça.

Desta forma, numa mescla de ousadia e preocupação, foram feitas propostas de se experimentar plenamente a inclusão em duas escolas a escolarização de dois garotos em situação crítica de aprendizagem. A proposta foi encabeçada por uma das psicólogas e levada a termo por uma outra que fez o papel de tutora desses garotos; mais tarde, foi incorporada ao grupo uma psicóloga escolar, a fim de enriquecer as discussões técnicas semanais feitas para garantir o sucesso do trabalho. A primeira escola incorporou o caso de um garoto que freqüentava a segunda série de uma sala especial e apresentava desmotivação frente à apropriação de conhecimento via escola, pois embora estudasse o ano todo, nunca via seu esforço recompensado com a “aprovação” na sala especial; sua auto-estima estava prejudicada pelo próprio acúmulo de fracassos; seu comportamento social global traduzia inabilidades.

Infelizmente, essa é a realidade das salas especiais: a avaliação tradicional de desempenho nunca deixa emergir as competências ou as habilidades de seus alunos, estando esses fadados a estacionar na aprendizagem acadêmica. A sugestão dada à nova escola foi a de que o garoto ficaria como ouvinte-ativo, com tutoração da psicóloga, em uma classe de 6ª série do ensino regular. Todo o processo seguiu o esquema de inclusão responsável, conforme sugere Maria Bove, no qual o respeito às limitações de ambas as partes principais envolvidas – aluno/es-

cola – prevaleceu, gerando atuações

como: palestra

inicial sobre o

assunto a todos os

professores da

escola,

apresentação

antecipada do caso

aos professores

de 6ª série e

orientadores, reuni-

ões mensais com esses

professores, dinâmicas jun-

to aos colegas de classe,

sugestões

de adaptações curriculares

e de provas espe-

ciais, discussões com a

diretoria sobre o

auxílio do aluno em suas

adaptações ao es-

quema da escola e, ao longo

do tempo, principalmente,

como a real catalisadora da

formação da postura

inclusiva dos professores

e dos colegas. Nada

poderia substituir a

presença *in loco*

de uma profissional

capacitada para

avaliar e intervir

pontualmente em

situações relacionais

que geravam conflito,

dúvidas, inseguranças

em ambas as partes

envolvidas.

Mediante esse

trabalho de tutoração,

a psicóloga

conquistou o

respeito e a

confiança de

todos na escola,

passando a ser

referência

deste processo

para eles, mesmo

quando de sua

retirada gradativa

da sala de aula,

momento esse

previsto desde o

início do

trabalho. Embora

possa parecer

que a experiên-

cia acima

mencionada

tenha sido

simples e

tranqüila,

muitas

situações

difíceis

foram

surgindo,

mas os

ganhos na

vida deste

garoto

foram

suficientes

para

mudar

suas

metas e

hoje

ele

fez

a

opção

de

freqüentar

um

supletivo

Crescendo com a inclusão

– O segundo

desafio,

mencionado

anteriormente,

trouxe

para a

equipe de

psicólogas

o

amadurecimen-

to e a

flexibilidade

no

planejamento

de

estratégias

de

atuação,

pois

ocorreu

numa

estrutura

escolar

ainda

pautada

no

critério

rígido

da

homogeneidade,

embora

aceitando

a

integração.

O

trabalho

da

psicóloga

tutora

continuou

sendo

o

de

divulgar

e

ampliar

o

conceito

de

inclusão,

porém

agindo

de

forma

a

respeitar

o

rítmo

e

as

limitações

da

escola.

As

pequenas

aberturas

que

a

instituição

foi

se

permitindo

fazer,

foram

vistas

como

uma

possibilidade

de

que

um

dia

seus

dirigentes

viesses

a

assumir

uma

postura

plenamente

favorável

à

inclusão.

Foi

possível,

nessa

experiência,

refletir

sobre

a

articulação

atitudinal

que

o

psicólogo

deve

ter,

gerando

práticas

tão

diferentes

quanto

os

casos

exigem

e

“cada

caso

é

um

caso”.

Da

mesma

forma

refletiu-se

sobre

o

papel

da

psicóloga

tutora.

Essa

prática,

atípica,

apropriou-se

do

conjunto

de

técnicas

da

Psicologia.

Sua

função

transcende

a

de

psicóloga

clínica

e/ou

escolar,

na

medida

em

que

seu

foco

de

estudo

centraliza

as

necessidades

da

criança

e